“Bom Burguês” Depõe d de noticias 10.4.70 na Justiça da FAB

Com o depoimento de Jorge Medeiros do Vale — o «Bom Burguês» —, perante o Conselho Especial de Justiça da 1.ª Auditoria da Aeronáutica, teve prosseguimento, ontem, o sumário de culpa do Primeiro-Tenente Valdir de Castro Morozoli, acusado de ter vendido armas privativas das Forças Armadas ao depoente, que no processo figura como testemunha-informante.

No curso da audiência, ainda, atendendo o pedido suscitado pelo Advogado Emanuel Samara, defensor do militar, o Conselho, por unanimidade de votos, decidiu revogar o decreto de prisão preventiva a que estava submetido há quase nove meses, tendo o Procurador José Manes Leitão, ao se manifestar a respeito, nada oposto.

DEPOIMENTO

Ao iniciar a audiência, o Juiz João Nunes das Neves, leu o laudo médico da junta que examinou o ex-funcionário do Banco do Brasil, capacitando-o a prestar as declarações por estar êle em boas condições físicas e psíquicas.

Indagado como veio conhecer o acusado respondeu a testemunha, que não se lembrava, não se recordando, também, se teve contato com outras pessoas para aquisição de armas. Revelou, contudo, que estêve na residência do Tenente Morozoli, mas; declarou não se recordar se adquiriu com o militar as armas relacionadas no seu depoimento prestado na fase do IPM. Recorda, porém, que adquiriu do acusado uma única arma, uma pistola Walter 765, com carregador. Também disse não se lembrar se declarou a que se destinava a arma.

Respondendo a perguntas do Advogado Emanuel Samara, o depoente disse não se lembrar houvesse o acusado declarado que presenteava amigos seus com armas por êle adquiridas. Revelou que era dado ao esporte de caça e adquiriu armas para êsse fim.

ARMAS

Segundo os autos do processo, as armas relacionadas, como tendo sido adquiridas por Jorge Medeiros do Vale, são: seis pistolas, uma «Walter», calibre, 765, uma «Luger», duas «Zig» e duas «Mauzer»; duas armas de fogo (mosquetão ou fuzil), 11 carabinas, uma «Winchester» e dez calibre M-1, além de munições, facas de trincheiras, facões do mato e gerador elétrico.

No final da audiência, foi expedido alvará de soltura ao Comandante da Base Aérea de Santa Cruz, onde o ex-oficial estava recolhido, à disposição da Justiça Militar, a fim de cumprir a decisão do Conselho.

MR-8

Enquanto isso, o Juiz Jacob Goldemberg, da 1.ª Auditoria da Marinha, diante da paralisação do processo do MR-8, despachou, ontem, determinando o seu prosseguimento sem a inclusão de Jorge Medeiros do Vale e Rodrigo José de Faria Lima, que estão sendo submetidos a exames neurológicos por determinação do Conselho Permanente de Justiça.

O Magistrado, após considerar que não pode ficar de braços cruzados, como mero espectador, a ver que 31 acusados não podem ser julgados por causa de dois outros, ressaltou: «Já estou há um mês em exercício nesta Auditoria e a minha paciência já está esgotada em me ver, em relação a êste processo, condenado a uma involuntária inércia, isto em vista do impedimento que aquêles exames trazem ao processo».

— Nestas condições — afirma o Juiz —, usando do direito que me confere o artigo 68 do Decreto-Lei 898/29-9-69, determino o prosseguimento do processo até o seu julgamento, e, se os mencionados exames não forem remetidos até a data de sua realização, aquêles acusados serão julgados oportunamente quando a sua situação o permitir. Se necessário — admitiu —, será determinado o traslado das peças que forem úteis à formação do processo para julgamento daqueles acusados».

SEQÜESTRO

O Conselho Permanente de Justiça da 1.ª Auditoria do Exército determinou que fôsse expedido ao Comandante do Batalhão da Polícia do Exército um ofício reiterando os termos do outro que enviara àquela autoridade para saber as razões pelas quais não permitiu que o advogado George Tavares se avistasse com a estudante Vera Sílvia de Araújo Magalhães, sua cliente, que se encontra internada na enfermaria daquela unidade. Ela está denunciada no processo do seqüestro do Embaixador americano Charles Burke Elbrick.